

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES III S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES III S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES III S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES III S.A., (“Empresa”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES III S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em Reais)

Ativo					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	86	-	1.992	100.005
Clientes			-	-	-
Despesas antecipadas			-	48.332	-
Créditos tributários		-	-	232	-
		86	-	50.556	100.005
Não Circulante					
Impostos diferidos				89.803	0
Investimentos	6	1.928.128		0	0
Partes relacionadas	7		1.200	0	1.200
Imobilizado	8	0		14.360.468	4.659.184
		1.928.128	1.200	14.450.272	4.660.384
Total do ativo		1.928.214	1.200	14.500.827	4.760.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	9	-	-	2.473.347	-
Impostos a recolher	10	-	-	589	-
Empréstimos bancários	11	-	-	192.502	5.023.317
Provisão para perdas de investimentos	6	-	262.927	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	-
		-	262.927	2.666.439	5.023.317
Não Circulante					
Partes relacionadas	7	1.000	1.200	1.000	-
Empréstimos bancários	11	-	-	9.906.175	-
		-	-	-	-
		1.000	1.200	9.907.175	-
Patrimônio líquido					
Capital social	12	1.200	1.200	1.200	1.200
Capital a integralizar		-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		2.318.301	-	2.318.301	-
Prejuízos acumulados		(392.287)	(264.127)	(392.287)	(264.127)
		1.927.214	(262.927)	1.927.214	(262.927)
Total do passivo e patrimônio líquido					
		1.928.214	1.200	14.500.827	4.760.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Custos operacionais	13	-	-	(25.458)	
LUCRO BRUTO		-	-	(25.458)	-
RESULTADO OPERACIONAL					
Despesas tributárias	14	(1.320)	-	(2.577)	(6.483)
Despesas administrativas	14	(3.590)	-	(57.500)	
Resultado da equivalência patrimonial		(122.746)	(264.127)	-	-
		(127.656)	(264.127)	(60.077)	(6.483)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	15	(504)	-	(133.529)	(257.655)
Receitas financeiras	15	0	-	1.100	10
		(504)	-	(132.429)	(257.645)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					89.803
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício		<u>(128.160)</u>	<u>(264.127)</u>	<u>(128.160)</u>	<u>(264.127)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado líquido do exercício	(128.160)	(264.127)	(128.160)	(264.127)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(128.160)</u>	<u>(264.127)</u>	<u>(128.160)</u>	<u>(264.127)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento capital	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.200	-	(264.127)	(262.927)
Adiantamento futuro aumento capital	-	2.318.301		2.318.301
Prejuízo do período	-	-	(128.160)	(128.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.200	2.318.301	(392.287)	1.927.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro /(Prejuízo) líquido do exercício	(128.160)	(264.127)	(128.160)	(264.127)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(89.803)	-
Perda\Ganho de equivalência patrimonial	122.746	264.127	-	-
Prejuízo ajustado	(5.414)	-	(217.963)	(264.127)
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Tributos a recuperar	-	-	(232)	
Despesas antecipadas	-	-	(48.332)	
Fornecedores	-	-	2.473.347	
Impostos a recolher	-	-	589	
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	-	-	2.425.373	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	1.200	(1.200)	1.200	(1.200)
Investimentos	(2.313.801)		-	-
Imobilizado	-	-	(9.701.284)	(4.659.184)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(2.312.601)	(1.200)	(9.700.084)	(4.660.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro de aumento de capital	2.318.301		2.318.301	-
Empréstimos obtidos	-		5.075.360	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	5.023.317
Integralização de Capital	-		-	1.200
Partes relacionadas	(200)	1.200	1.000	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	2.318.101	1.200	7.394.661	5.024.517
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	86	-	(98.013)	100.005
Disponibilidades				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	100.005	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	86	-	1.992	100.005
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	86	-	(98.013)	100.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Rua General Rabelo, 43, casa, Gavea, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.451-010.

A Sociedade tem por objeto social a participação societária no capital de Companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

Autogeração Solar Participações III S.A

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de Companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Diretoria indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos.

Se essas projeções não se realizarem, a Companhia precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2025.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Diretoria não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal

em aberto;

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o

faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

A vida útil do ativo está diretamente relacionada ao contrato de prestação de serviço firmado, pelo prazo de 30 anos. Após avaliação da administração, não foram identificados indicativos de impairment (perda de valor recuperável) para o ativo em questão, conforme os critérios e metodologias estabelecidos.

g. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

h. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

i. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

k. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

l. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

m. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

n. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “*pro rata die*” com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

2.1.5. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora Autogeração Solar Participações III S.A e sua controlada direta:

Companhias controladas

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Participação no
Capital Total %
2024

Autogeração Solar Ibiá - 1 Ltda.

100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as Companhias cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas Companhias.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de

participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais

efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e

regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;

- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). Em tempo, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

A Companhia entende que os novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados não impacta os seus saldos ou demonstrações financeiras.

4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Ainda está em análise quais impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes de novas normas ou atualizações que entrarão em vigor após o encerramento do exercício de 2024, a saber:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

5. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos	86	-	87	100.005
Total	86	-	87	100.005
Aplicações Financeiras	-	-	1.905	-
Total	-	-	1.905	-
Total	86	-	1.992	100.005

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Investimento

6.1 Composição do saldo

	Saldo em 31/12/2023	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2024
Autogeração Solar Ibiá - 1 LTDA	(262.927)	(122.746)	2.313.801	1.928.128
	(262.927)	(122.746)	2.313.801	1.928.128
	Saldo em 31/12/2022	Aporte	Equivalência	Saldo em 31/12/2024
Autogeração Solar Ibiá - 1 LTDA	-	1.200	(264.127)	(262.927)
	-	1.200	(264.127)	(262.927)

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

6.2. Informações adicionais sobre a Companhia investida

Autogeração Solar Ibiá – 1 LTDA.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas:						
Autogeração Solar Ibiá - 1 LTDA	100%	14.500.742	1.200	1.928.128	-	(122.746)

7. Operações com partes relacionadas

7.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
SolarGrid Geração e Comercialização S.A.	-	1.200	-	1.200
Total	-	-	-	1.200
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	1.200	-	1.200

7.2 Contas a pagar - partes relacionadas

Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Autogeração Participações	1.000	-	1.000	-
Total	1.000	-	1.000	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.000	-	1.000	-

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

As operações entre parte relacionadas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

8. Imobilizado (controladora e consolidado)

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

Consolidado	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Projetos em desenvolvimento	0%	-	838.857	12.291.184	192.858	12.937.183
Juros Capitalizados	0%	-	1.524.960		(210.907)	1.314.053
Adiantamento para aquisição de ativos	0%	4.659.184	8.043.308	(12.291.184)	(302.075)	109.233
Total		4.659.184	10.407.124	-	(705.840)	14.360.469
Custo		4.659.184				14.360.469
Depreciação acumulada		-				-
Imobilizado líquido		4.659.184				14.360.469

Consolidado	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Saldo em 31/12/2023
Adiantamento para aquisição de ativos	0%	-	4.659.184	4.659.184
Total		-	4.659.184	4.659.184
Custo		-		4.659.184
Depreciação acumulada		-		-
Imobilizado líquido		-		4.659.184

- (i) O saldo de projetos em desenvolvimento refere-se a custos de obra inerentes ao período de construção da usina. Em 2023, o valor foi reclassificado para a linha de Usina Fotovoltaica devido sua conclusão e início de operação.
- (ii) O valor refere-se a antecipações de custos de obra para construção das usinas.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

9. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços	-	-	65.678	-
Custos de implantação			2.407.669	-
	-	-	2.473.347	-

10. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto retidos	-	-	366	-
Tributos Municipais	-	-	223	-
Total	-	-	589	-

11. Empréstimo e financiamentos

Linha de crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2024	31/12/2023
BDMG	R\$	IPCA	SELIC + 3,61% a.a.	Dez25 a Nov33	10.098.677	5.023.317
		-	-	-	10.098.677	5.023.317
Passivo circulante					192.502	5.023.317
Passivo não circulante					9.906.175	-

Sobre o principal da dívida incidem juros de SELIC + 3,61% a.a., os juros serão pagos trimestralmente durante a carência de principal, sendo que o principal possui carência de 2 anos e será amortizado em 96 (noventa e seis) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 10 de cada mês, a partir de 10/12/2025.

Após finalização do período de carência, o valor nominal atualizado será pago em prestações mensais a partir de outubro de 2025 até a data de vencimento em novembro de 2033.

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Saldo de abertura	5.023.317	-
(+) Captação	5.000.000	5.000.000
(-) Gastos estruturais	(93.825)	-
(+) Juros incorridos	1.524.959	23.317
(-) Pagamento de juros	(1.355.774)	-
Saldo final	10.098.677	5.023.317

12. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.200,00 e está representado por 1.200 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia

Sócio	Nº de ações	Valor capital subscrito	% Participação
	1200	1.200,00	
Total	1200	1.200,00	100%

13.2 Adiantamento futuro aumento de capital

A Companhia recebeu adiantamentos de seus acionistas na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), os quais têm por objetivo fortalecer a estrutura financeira da empresa e viabilizar investimentos estratégicos. Esses recursos foram disponibilizados sem encargos financeiros e serão integralizados ao capital social da Companhia no ano de 2025.

Em 31 de dezembro o saldo de AFAC era de R\$ 2.318.301 (R\$ 0 em dezembro de 2023)

13.3 Resultado

A Companhia registrou Prejuízo líquido no montante a seguir:

	Resultado do exercício	
	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(128.160)	(264.127)

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

13. Custo Operacional (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos gerais	-	-	(8.684)	-
O&M	-	-	(16.773)	-
Total	-	-	(25.458)	-

14. Despesas administrativas (controladora e consolidado)

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Utilidades e serviços				
Luz	-	-	(39.901)	-
	-	-	(39.901)	-
Despesas com serviços prestados				
Honorários de Contadores	(3.590)	-	(15.849)	-
Honorários de Advogados	-	-	(1.750)	-
	(3.590)	-	(17.599)	-
Impostos e taxas				
Taxas municipais	(1.138)	-	(1.138)	-
Impostos federais	-	-	(51)	-
Outras taxas	-	-	-	(6.483)
Multas	(182)	-	(1.387)	-
	(1.320)	-	(2.577)	(6.483)
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	(4.910)	-	(60.077)	(6.483)

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

15. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	-	-	1.100	10
			1.100	10
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(438)	-	(120.263)	(105.580)
Juros sobre empréstimos	-	-	-	(58.250)
Juros e multas	(66)	-	(13.244)	-
IOF	-	-	(22)	(93.825)
	(504)	-	(133.529)	(257.655)
Resultado Financeiro líquido	(504)	-	(132.429)	(257.645)

16. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

17. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do

capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia aplica os pronunciamentos técnicos CPC, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

18. Seguros

AUTOGERACAO SOLAR PARTICIPACOES III S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Patrimonial

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importâncias
Risco Patrimonial ASH	11/10/2025	60.000.000,00

A apólice ainda conta com os seguintes cossegurados: Autogeração Solar Participações VI S.A, Autogeração Solar Ibiá LTDA, Autogeração Solar Compartilhada Sudeste S.A, Autogeração Solar Participações II S.A

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importância
SolarGrid Holding	31/10/2025	20.000.000,00

19. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Companhia até esta data.